



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA BENTO XVI
AO CORPO DIPLOMÁTICO ACREDITADO
JUNTO DA SANTA SÉ POR OCASIÃO
DA TROCA DE BONS VOTOS DE INÍCIO DE ANO**

Sala Régia

Segunda-feira, 7 de Janeiro de 2013

[Vídeo]

Excelências,

Senhoras e Senhores,

Tenho o gosto de vos receber, ilustres Membros do Corpo Diplomático acreditado junto da Santa Sé, para vos dirigir a minha saudação pessoal e venturosa, como é habitual no início de cada novo ano; saudação essa que, de bom grado, estendo às dilectas nações que representais e às quais asseguro a recordação constante na minha oração. Estou particularmente grato ao Decano, Embaixador Alejandro Valladares Lanza, e ao Vice-Decano, Embaixador Jean-Claude Michel, pelas palavras deferentes que me dirigiram em nome de todos vós. Uma saudação especial desejo fazer àqueles que participam pela primeira vez neste encontro; a vossa presença constitui um sinal expressivo e tangível das relações frutuosas que a Igreja Católica mantém, em todo o mundo, com as autoridades civis. Trata-se de um diálogo que tem a peito o bem integral, espiritual e material, de cada homem e visa promover a sua dignidade transcendente por toda a parte. Como recordei na [Alocação do último Consistório Ordinário Público para a criação de novos Cardeais](#), «desde o seu início, a Igreja está orientada *kat'holon*, isto é, abraça todo o universo» e, conseqüentemente, cada povo, cada cultura e tradição. Tal «orientação» não constitui uma ingerência na vida das diversas sociedades, mas serve para iluminar a recta consciência dos seus cidadãos e convidá-los a trabalhar pelo bem de cada pessoa e o progresso do género humano. Foi nesta perspectiva – para fomentar uma profícua cooperação entre a Igreja e o Estado ao serviço do bem comum – que, no ano passado, a Santa Sé assinou Acordos

bilaterais com o Burundi e a Guiné Equatorial, e ratificou o Acordo com o Montenegro; e, com o mesmo espírito, participa nos trabalhos de várias Organizações e Entidades internacionais. A este respeito, fiquei contente por ter sido acolhido, em Dezembro passado, o seu pedido para se tornar Observador Extra-Regional no Sistema de Integração da América Central, nomeadamente pela contribuição que a Igreja Católica oferece em vários sectores dos Estados da região. As visitas de diversos Chefes de Estado e de Governo, que recebi ao longo do ano passado, bem como as inesquecíveis viagens apostólicas que realizei ao [México](#), [a Cuba](#) e ao [Líbano](#) foram ocasiões privilegiadas para reafirmar o empenhamento cívico dos cristãos daqueles países e também para promover a dignidade da pessoa humana e os fundamentos da paz.

Neste lugar, aprez-me ainda mencionar o valioso trabalho realizado pelos Representantes Pontifícios em diálogo constante com os vossos Governos. Em particular, desejo recordar a estima de que gozava o Núncio Apostólico na Costa do Marfim, D. Ambrose Madtha, que tragicamente morreu um mês atrás num acidente de carro, juntamente com o motorista que o acompanhava.

Senhoras e Senhores Embaixadores,

O Evangelho de Lucas narra que, na noite de Natal, os pastores ouvem os coros angélicos que glorificam a Deus e proclamam a paz para a humanidade. O evangelista sublinha, assim, a estreita relação entre Deus e o anseio profundo que sempre tem o homem de conhecer a verdade, praticar a justiça e viver na paz [cf. João XXIII, *Pacem in terris*: AAS 55 (1963), 257]. Hoje, por vezes, é-se levado a pensar que a verdade, a justiça e a paz sejam utopias que se auto-excluem. Conhecer a verdade parece ser impossível e os esforços para a afirmar são apresentados, muitas vezes, como desembocando na violência. Por outro lado, de acordo com uma generalizada concepção, o compromisso pela paz reduz-se a fazer cedências que garantam a convivência entre os povos ou então entre os cidadãos da mesma nação. Diversamente, na perspectiva cristã, há uma ligação íntima entre a glorificação de Deus e a paz dos homens na terra, de tal modo que a paz não resulta meramente de um esforço humano, mas deriva do próprio amor de Deus. O que gera a violência não é a glorificação de Deus, mas o seu esquecimento. De facto, como se pode efectuar um autêntico diálogo, quando deixa de haver por referência uma verdade objectiva e transcendente? Em tal caso, como se pode evitar que a violência, aberta ou disfarçada, se torne a derradeira norma das relações humanas? Na realidade, sem uma abertura ao transcendente, o homem cai como presa fácil do relativismo e, conseqüentemente, torna-se-lhe difícil agir de acordo com a justiça e comprometer-se pela paz.

Às manifestações contemporâneas do esquecimento de Deus, podem-se associar as manifestações devidas à ignorância do seu verdadeiro rosto, que é a causa de um pernicioso fanatismo de matriz religiosa, que ceifou vítimas em alguns dos países aqui representados também no ano de 2012. Como já tive ocasião de dizer, trata-se duma falsificação da própria religião, uma vez que esta visa reconciliar o homem com Deus, iluminar e purificar as

consciências e tornar claro que cada homem é imagem do Criador. Ora, se a glorificação de Deus e a paz na terra estão intimamente ligadas entre si, é evidente que a paz constitui, ao mesmo tempo, dom de Deus e tarefa do homem, porque exige a sua resposta livre e consciente.

Por esta razão, quis dar como título à Mensagem anual para o Dia Mundial da Paz: Bem-aventurados os obreiros da paz. A grave responsabilidade de trabalhar pela paz incumbe primariamente sobre as autoridades civis e políticas; são elas as primeiras chamadas a resolver os numerosos conflitos que continuam a ensanguentar a humanidade, a começar por aquela região privilegiada no plano de Deus que é o Médio Oriente. Penso, antes de mais nada, na Síria, dilacerada por contínuos massacres e palco de imensos sofrimentos para a população civil. Renovo o meu apelo para que se deponham as armas e possa, o mais rápido possível, prevalecer um diálogo construtivo para acabar com um conflito que, se perdurar, não conhecerá vencedores mas apenas derrotados, deixando em campo atrás de si apenas ruínas. Permiti-me solicitar-vos, Senhoras e Senhores Embaixadores, que continueis a sensibilizar as respectivas autoridades para que sejam fornecidas, urgentemente, as ajudas indispensáveis para fazer face à grave situação humanitária. Acompanho com viva atenção também a Terra Santa. Na sequência do reconhecimento da Palestina como Estado Observador não-Membro das Nações Unidas, renovo os meus votos de que israelitas e palestinianos, com o apoio da comunidade internacional, se empenhem por chegar a uma convivência pacífica no contexto de dois Estados soberanos, onde o respeito pela justiça e as legítimas aspirações de ambos os povos seja tutelado e garantido. Jerusalém, torna-te aquilo que o teu nome significa: cidade da paz e não da divisão, profecia do Reino de Deus e não mensagem de instabilidade e conflito!

Depois o meu pensamento detém-se na amada população do Iraque, para lhe desejar que percorra o caminho da reconciliação a fim de chegar à ansiada estabilidade.

Quanto ao Líbano, cujas diversas realidades constituintes pude encontrar no passado mês de Setembro, oxalá a pluralidade das suas tradições religiosas seja uma verdadeira riqueza tanto para o país como para toda a Região, e os cristãos ofereçam um testemunho eficaz para a construção dum futuro de paz com todos os homens de boa vontade.

Também no Norte de África é prioritária a cooperação de todos os componentes da sociedade, devendo ser garantida a cada um deles a plena cidadania, a liberdade de professar publicamente a sua religião e a possibilidade de contribuir para o bem comum. Desejo assegurar a todos os egípcios a minha proximidade e a minha oração neste período em que se formam novas instituições.

Estendendo depois o olhar para a África subsaariana, encorajo os esforços para construir a paz, sobretudo nos lugares onde permanecem abertas as feridas das guerras e onde pesam graves consequências humanitárias. Penso de modo particular na região do Corno de África, bem como no leste da República Democrática do Congo, onde recrudesceram as violências, forçando muitas

peças a abandonar as suas casas, as próprias famílias e ambientes de vida. Ao mesmo tempo, não posso ignorar as outras ameaças que se desenham no horizonte. Com intervalos regulares, a Nigéria vê-se palco de atentados terroristas que ceifam vítimas, sobretudo entre os fiéis cristãos reunidos em oração, como se o ódio quisesse transformar templos de oração e de paz em centros de pavor e dissensão. Senti uma grande tristeza quando soube que, no próprio dia em que celebramos o Natal, foram barbaramente assassinadas dezenas de cristãos. Também o Mali se vê dilacerado pela violência e sofre uma profunda crise institucional e social, que deve merecer um eficaz empenho da comunidade internacional. E, passando à República Centro-Africana, espero que as conversações anunciadas para os próximos dias tragam a estabilidade e poupem à população reviver as tribulações da guerra civil.

A construção da paz passa, sem cessar, pela tutela do homem e dos seus direitos fundamentais. Embora com modalidades e graus diversos, esta tarefa interpela todos os países e deve ser constantemente inspirada pela dignidade transcendente da pessoa humana e pelos princípios inscritos na sua natureza. Entre estes, ocupa o primeiro plano o respeito pela vida humana, em todas as suas fases. Por isso, me alegrei com a Resolução da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa que, em Janeiro do ano passado, pediu a proibição da eutanásia, entendida como a morte voluntária, por acção ou omissão, de um ser humano em condições de dependência. Ao mesmo tempo, vi com tristeza que em vários países, mesmo de tradição cristã, se procurou introduzir ou ampliar legislações que despenalizam o aborto. O aborto directo, ou seja, querido como fim ou como meio, é gravemente contrário à lei moral. Ao dizer isto, a Igreja Católica não pretende faltar de compreensão e benevolência nomeadamente para com a mãe; trata-se, antes, de velar para que a lei não chegue a alterar, injustamente, o equilíbrio entre o igual direito à vida que possuem tanto a mãe como o filho nascituro. Neste domínio, é igualmente fonte de preocupação a sentença recente da Corte Interamericana dos Direitos do Homem relativa à fecundação *in vitro*, que redefine arbitrariamente o momento da concepção e debilita a defesa da vida pré-natal.

Infelizmente circulam, sobretudo no Ocidente, numerosos equívocos sobre o significado dos direitos humanos e seus correlativos deveres. Não é raro o caso de se confundir os direitos com manifestações exacerbadas de autonomia da pessoa, que se torna auto-referencial, deixando de estar aberta ao encontro com Deus e com os outros para se fechar sobre si mesma buscando satisfazer as suas próprias carências; ao passo que a defesa dos direitos, para ser autêntica, deve ao invés considerar o homem na sua integridade pessoal e comunitária.

Continuando a nossa reflexão, vale a pena sublinhar a educação como sendo outro caminho privilegiado para a construção da paz. Assim no-lo ensina, para além do mais, a crise económica e financeira actual. Esta desenvolveu-se porque, com muita frequência, foi absolutizado o lucro em detrimento do trabalho, e se aventuraram desenfreadamente pelos trilhos da economia financeira em vez da real. Por isso, é necessário recuperar o sentido do trabalho e de um lucro que lhe seja proporcionado. Com esta finalidade, há que educar para resistir à tentação dos

interesses particulares e a curto prazo, orientando-se antes na direcção do bem comum. Além disso, é urgente formar os líderes que hão-de guiar, no futuro, as instituições públicas nacionais e internacionais [cf. *Mensagem para o XLVI Dia Mundial da Paz* (8 de Dezembro de 2012), 6]. A própria União Europeia precisa de Representantes clarividentes e qualificados para realizar as opções difíceis que são necessárias a fim de sanar a sua economia e colocar bases sólidas para o seu progresso. Sozinhos, alguns países talvez caminhassem mais rápido; mas, juntos, todos chegarão certamente mais longe! Se é uma preocupação o índice diferencial entre as taxas financeiras, deveriam suscitar indignação as crescentes diferenças entre poucos, cada vez mais ricos, e muitos, irremediavelmente pobres. Em suma, trata-se de não se resignar com a «contracção do bem-estar social», enquanto se combate a contracção financeira.

Investir em educação nos países em vias de desenvolvimento da África, Ásia e América Latina significa ajudá-los a vencer a pobreza e as doenças, bem como a realizar sistemas legais equitativos e respeitadores da dignidade humana. É claro que, para implementar a justiça, não bastam bons modelos económicos, embora sejam necessários. A justiça só se realiza, se houver pessoas justas! Por isso, construir a paz significa educar os indivíduos para combaterem a corrupção, a criminalidade, a produção e o tráfico da droga, bem como para evitar divisões e tensões, que põem em risco o tecido da sociedade, dificultando o seu desenvolvimento e a convivência pacífica.

Hoje gostava ainda de lhes dizer que a paz social é posta em perigo também por alguns atentados à liberdade religiosa: trata-se, umas vezes, de marginalização da religião na vida social, outras, de intolerância ou mesmo de violência contra pessoas, símbolos identificadores e instituições religiosas. Acontece também que os crentes – e os cristãos em particular – se vejam impedidos de contribuir para o bem comum com as suas instituições educativas e de assistência social. Além disso, para salvaguardar efectivamente o exercício da liberdade religiosa, é essencial respeitar o direito à objecção de consciência. Esta «fronteira» da liberdade toca princípios de grande importância, de carácter ético e religioso, radicados na própria dignidade da pessoa humana. Tais princípios constituem, de certo modo, as «paredes mestras» de qualquer sociedade que queira ser verdadeiramente livre e democrática. Por isso, proibir a objecção de consciência individual e institucional, em nome da liberdade e do pluralismo, abriria, ao invés e paradoxalmente, as portas precisamente à intolerância e ao nivelamento forçado.

Além disso, num mundo de fronteiras cada vez mais abertas, construir a paz através do diálogo não é uma opção, mas uma necessidade! Nesta perspectiva, a Declaração conjunta entre o Presidente da Conferência Episcopal Polaca e o Patriarca de Moscovo, assinada no passado mês de Agosto, é um sinal forte dado pelos crentes para favorecer as relações entre o povo russo e o povo polaco. De igual modo, desejo mencionar o acordo de paz recentemente alcançado nas Filipinas e, de modo particular, sublinhar o papel do diálogo entre as religiões para uma convivência pacífica na região de Mindanau.

Excelências,
Senhoras e Senhores,

No final da Encíclica *Pacem in terris*, cujo cinquentenário tem lugar este ano, o meu predecessor Beato João XXIII recordava que a paz é «uma palavra vazia de sentido», se não for vivificada e integrada pela caridade [AAS 55 (1963), 303]. Por isso, a caridade está no âmago da acção diplomática da Santa Sé e, antes ainda, da solicitude do Sucessor de Pedro e de toda a Igreja Católica. A caridade não substitui a justiça negada, mas também a justiça não supre a caridade recusada. A Igreja pratica diariamente a caridade através das suas obras de assistência social, como hospitais e dispensários, e das suas obras educativas, como orfanatos, escolas, colégios, universidades, e também com a assistência prestada às populações em dificuldade, nomeadamente durante e depois dos conflitos. Em nome da caridade, a Igreja quer estar junto também de quantos sofrem por causa das calamidades naturais. Penso nas vítimas das inundações no Sudeste Asiático e do furacão que atingiu a costa leste dos Estados Unidos da América. Penso também naqueles que sofreram com o forte terramoto que devastou algumas regiões do norte da Itália. Como sabeis, quis visitar pessoalmente aqueles lugares, onde pude constatar o desejo ardente e o empenho de reconstruir o que ficou destruído. Espero que, neste momento da sua história, tal espírito de tenacidade e empenho compartilhado anime toda a dilecta nação italiana.

Quero, ao concluir este nosso encontro, recordar que, no final do Concílio Vaticano II – inaugurado precisamente há cinquenta anos – o Venerável Papa Paulo VI dirigiu algumas Mensagens que continuam de grande actualidade, sendo uma delas destinada a todos os governantes. Exorta-os nestes termos: «É a vós que pertence ser na terra os promotores da ordem e da paz entre os homens. Mas não esqueçais: é Deus (...) o grande artífice da ordem e da paz na terra» [*Mensagem aos Governantes* (8 de Dezembro de 1965), 3]. Hoje faço minhas estas considerações, ao formular a vós, Senhoras e Senhores Embaixadores e ilustres Membros do Corpo Diplomático, às vossas famílias e vossos colaboradores, os meus votos mais calorosos para este novo Ano. Obrigado!